

**PREJULGADO DE TESE Nº 007, 16 de juho de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.545****Processo nº 201512516-00**

**EMENTA:** CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO DE ASSESSORIA E AUDITORIAS FINANCEIRAS OU TRIBUTÁRIAS, MEDIANTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM PREVISÃO LEGAL NO INCISO III, DO ART. 13, DA LEI Nº 8.666/93. PRECEDENTES DO TCM-PA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 11.495/2014. IMPOSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE COBRANÇA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ATIVIDADE TÍPICA E PRIVATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 37, II E XXII; 155 E SEGUINTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 139 E SEGUINTE, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 26-33** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **16 de junho de 2016.**

Conselheiro Vice-Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão

Conselheira Ouvidora **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão; e Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.545

Processo n.º: 201512516-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Francisco das Chagas Sá

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2016

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

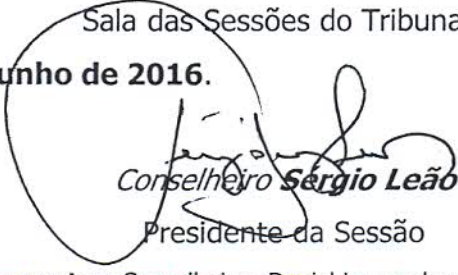
Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 33.165  
de 08/07/16, pg. 45

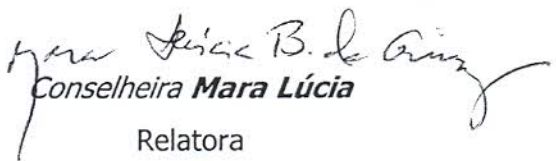
Responsável

**EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO DE ASSESSORIA E AUDITORIAS FINANCEIRAS OU TRIBUTÁRIAS, MEDIANTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM PREVISÃO LEGAL NO INCISO III, DO ART. 13, DA LEI Nº 8.666/93. PRECEDENTES DO TCM-PA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 11.495/2014. IMPOSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE COBRANÇA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ATIVIDADE TÍPICA E PRIVATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 37, II E XXII; 155 E SEGUINTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 139 E SEGUINTE, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 26-32**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **16 de junho de 2016**.

  
Conselheiro **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão e Procuradora Maria Regina Cunha.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

**Processo n.º: 201512516-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

**Interessado:** Francisco das Chagas Sá

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**Exercício:** 2016

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**RELATÓRIO**

**FRANCISCO DAS CHAGAS SÁ**, Prefeito do Município de São Miguel do Guamá, encaminhou **CONSULTA TÉCNICA** (fls. 01/02), **com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto a contratação de trabalho técnico de assessoria e auditorias financeiras ou tributárias, consultoria jurídica, cobrança de eventual crédito tributário e remuneração desses referidos contratos, formulando, assim, os seguintes questionamentos:

- a) Quais os tipos de sociedade que podem efetivar o trabalho técnico de assessoria e auditorias financeiras ou tributárias?*
- b) Considerando-se que o art. 1º, II, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) reza que são atividades privativas da advocacia a consultoria, assessoria e direção jurídicas, tais consultorias apenas podem ser efetivadas por Sociedades de Advogados?*
- c) A cobrança de eventual Crédito Tributário pode ser realizada através de terceiros, contratados através dos ditames legais, sem a instauração do Procedimento Administrativo Fiscal?*
- d) A forma de remuneração definida em tais contratos pode ser estabelecida em um percentual a incidir sobre o resultado da cobrança, configurando-se no que se trata, por denominação rasteira, de contrato de risco?*

*Mara Lúcia*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

Dessa forma, considerando que o caso em questão, possui relevância temática, dada a sua indiscutível repercussão, junto aos demais jurisdicionados desta Corte de Contas, realizei seu recebimento e apreciação, sob a forma de tese, a teor do permissivo regimental vigente.

Diante do exposto, considerando o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA** (Ato n.º 17/2014), determinei à **DAM**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, realizasse análise técnica, com vistas à elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes jurisprudenciais, que atendessem a solicitação em questão, conforme despacho às fls. 04/05, em **28.09.15**, a qual foi, elaborado e juntado aos autos, **somente em 01.02.16**, às fls. 06/24, por meio do **Parecer n.º CMS 001/2016-ESCOLA DE CONTAS/TCM**, sob a justificativa de "*atipicidade e extensão da mesma*" (sic, fl. 07).

Destaco, ainda, que os presentes autos, após a indicada apreciação técnica preliminar, foram recebidos à minha Relatoria, em **19.02.16**, onde considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento, procedi com o prévio levantamento de precedentes e doutrina, sobre o tema abordado, os quais em parte serão consignados no meu voto, após o que, conforme entendimento administrativo, determinei prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, em **13.06.16**, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

**É o relatório.**

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012<sup>1</sup> c/c art. 300, do RITCM-PA**, visto que formulada em tese, para além de ser encaminhada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, conforme previsão regimental.

<sup>1</sup> XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

Cabe-me destacar que, ainda em sede preliminar, que a apreciação da consulta e resposta, ora apresentadas, serão realizadas com base na tese que encerra a matéria, sem que a mesma importe em prévia análise de quanto aos atos de execução de despesas, no que se impõe, desta forma, a submissão posterior da matéria, ao **TCM-PA**, na forma regimental.

Traçada a admissibilidade da vertente consulta, passo ao enfrentamento do mérito, com substrato nas questões formuladas pela municipalidade, nos seguintes termos:

***a) Quais os tipos de sociedade que podem efetivar o trabalho técnico de assessoria e auditorias financeiras ou tributárias?***

Inicialmente, cabe destacar que o serviço técnico profissional especializado, relativo às assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, encontra previsão legal no **inciso III, do art. 13, da Lei nº 8.666/93**<sup>2</sup>.

A contratação desse serviço é possível, por meio de *Inexigibilidade de Licitação*, ou seja, quando houver inviabilidade de competição, por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração. Sendo por esta razão, desnecessário o procedimento licitatório.

A contratação dos serviços técnicos enumerados no **art. 13, da Lei de Licitações** é previsto especificamente no **inciso II, do art. 25**<sup>3</sup>, quando se tratar de serviço de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas das União** já firmou entendimento, por meio da **Súmula n.º 39**:

---

<sup>2</sup> Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (...) III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

<sup>3</sup> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.545

***"A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."***

Sobre a matéria, esta Corte de Contas também já se posicionou sobre a ***"possibilidade de contratação de assessoria e consultoria contábil e jurídica mediante processo de inexigibilidade de licitação, se comprovada a notória especialização da empresa ou profissional a ser contratado"***, nos autos do **Processo nº 201403692-00**, o qual ensejou a aprovação da **Resolução nº 11.495**, na qual foi respondida consulta, formulada pela Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, sob minha relatoria, a qual recebeu a seguinte ementa:

***EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS. CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E JURÍDICA MEDIANTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 25, II, DA LEI FEDERAL 8.666/93. VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SINGULARIDADE, ESPECIALIDADE E CONFIANÇA. OBRIGATORIEDADE DE APRECIÇÃO DO CASO CONCRETO. APROVAÇÃO.***

Posto isso, a apreciação da matéria por esta Corte de Contas, objetivará a **fiscalização** dos critérios objetivos para contratação dos serviços técnicos especializados, inclusive, quando se tratar de assessoria e auditorias financeiras ou tributárias, ou outra espécie prevista na lei, conforme amplamente explicitado na consulta supracitada. O que requer análise dos critérios previstos para a contratação, quais sejam, singularidade, especialidade e confiança, bem como todos os requisitos formais de toda e qualquer contratação, como regularidade jurídica, fiscal, econômica e financeira da parte contratada,

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

e, principalmente, se o serviço contratado faz parte das atividades realizadas pela referida empresa, ou seja, se empresa tem competência técnica para a atividade que foi contratada para desenvolver, bem como se a atividade contratada não é atividade fim da Administração Pública, que deve ser executada por servidores do quadro permanente da administração.

Em relação ao enquadramento do tipo de sociedade, ressaltamos que é matéria pertinente ao Direito empresarial, que estabelece regramento específico para constituição e funcionamento das sociedades, que serão observados como critérios objetivos de regularidade por ocasião da contratação da empresa.

No que tange aos tipos de sociedade que podem efetivar o trabalho técnico de assessoria e auditorias financeiras ou tributárias, deverá ser observado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, tudo conforme os requisitos expressos no **art. 28, da Lei nº 8.666/93**<sup>4</sup>.

Dessa forma, devem constar especificamente as atividades desenvolvidas pela empresa contratada em seus atos constitutivos ou relacionados, conforme **art. 28, da Lei de Licitações e Contratos**, em perfeita consonância com objeto a ser contratado pela administração pública, que será analisado por esta Corte de Contas, por ocasião da apreciação da regularidade do ato da contratação.

***b) Considerando-se que o art. 1º, II, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) reza que são atividades privativas da advocacia a consultoria,***

<sup>4</sup> Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em: I - cédula de identidade; II - registro comercial, no caso de empresa individual; III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

***assessoria e direção jurídicas, tais consultorias apenas podem ser efetivadas por Sociedades de Advogados?***

Mais uma vez, aqui esclareço que se trata de matéria pertinente ao Direito empresarial, que estabelece regramento específico para constituição e funcionamento das sociedades, que serão observados como critérios objetivos de regularidade por ocasião da contratação da empresa.

Ressalta-se a alteração trazida pela **Lei nº 13.247/2016** que institui nova natureza jurídica denominada sociedade unipessoal de advocacia.

***c) A cobrança de eventual Crédito Tributário pode ser realizada através de terceiros, contratados através dos ditames legais, sem a instauração do Procedimento Administrativo Fiscal?***

A cobrança de eventual crédito tributário deve ser realizada por servidores de carreira, do quadro de Auditores Fiscais do Município, vinculados à Secretaria Municipal de Finanças do Município, a partir da instauração do competente Procedimento Administrativo Fiscal, cuja previsão em nosso ordenamento jurídico tem como base o autocontrole e a fiscalização dos próprios atos administrativos para o fim de evitar ilegalidades. Sua função, nessa busca de respeito à legalidade, é tanto de proteger o Estado como o contribuinte.

Dessa forma, não é possível a contratação de terceiros para a realização de cobrança de eventual crédito tributário, por se tratar de atividade de competência do Ente Público, ou seja, atividade fim da Administração Pública, atividade típica e contínua da administração, estabelecida Constitucionalmente (art. 155 e seguintes) e no Código Tributário Nacional (art. 139 e seguintes), devendo ser atribuída sua execução a servidores do quadro permanente de pessoal, por força do disposto nos incisos II e XXII do art. 37 da Constituição Federal.

***d) A forma de remuneração definida em tais contratos pode ser estabelecida em um percentual a incidir sobre o resultado da cobrança, configurando-se no que se trata, por denominação rasteira, de contrato de risco?***

*Handwritten signature*





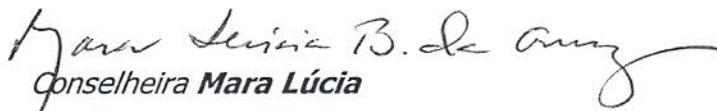
ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 12.545**

Como já dito, esse tipo de contratação não é possível por se tratar de atividade de competência do próprio Ente Público, motivo pelo qual, não é possível falar em forma de remuneração para esse tipo de serviço.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **16 de junho de 2016**.

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora